



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - CCJR

**Propositura:** Veto Parcial nº 21/2023

**Autor:** Poder Executivo

**Ementa:** Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 235/2023 de 11 de outubro de 2023, de autoria do Deputado Delegado Camargo que “Proíbe a telemedicina para questões envolvendo o aborto (teleaborto), no Estado de Rondônia, e dá outras providências”.

**Relator:** Deputado Luizinho Goebel

### 1. RELATÓRIO

Trata-se de Veto Parcial nº 21/2023 ao Projeto de Lei nº 235/2023 de 11 de outubro de 2023, de autoria do Deputado Delegado Camargo que “Proíbe a telemedicina para questões envolvendo o aborto (teleaborto), no Estado de Rondônia, e dá outras providências”, e sobre o qual essa Comissão de Constituição e Justiça e Redação nos termos do art. 29 §1º I e V do Regimento Interno desta Casa de Leis emitirá parecer.

Em suas justificativas, o Poder Executivo veta parcialmente o Autógrafo de Lei nº 235/2023, sendo vetado os artigos 4º e 5º, em razão da constatação da inconstitucionalidade formal subjetiva, ademais o mesmo prevê que o procedimento de aborto não pode ser feito por telemedicina, considerando que o uso da telemedicina durante a pandemia de covid-19 se estabeleceu como ferramenta para levar assistência em saúde à população, porém, tal atendimento não se enquadra para esse caso, visto que o abortamento é um complexo de ações de várias especialidades, contendo, inclusive, um procedimento clínico que não está autorizado para ser realizado por telemedicina e deve obrigatoriamente ser acompanhado presencialmente por um médico no ambiente hospitalar.

Após os trâmites de estilo foi encaminhado a essa Comissão de Constituição, Justiça e Redação e por fim coube a este relator a responsabilidade de emitir parecer.

É o relatório.

### 2. PARECER

Em continuidade ao processo legislativo, foi à proposição encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para análise de seus aspectos constitucionais, regimental e técnica legislativa, nos termos do disposto pelo artigo 29, §1º do já citado Regimento interno.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Cumpre referir, que o Chefe do Poder Executivo tem competência exclusiva para propor projeto de lei sobre “servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade” (art. 39, §1º, inciso II, “b”, da Carta Estadual).

Sendo assim, a propositura padece de inconstitucionalidade formal orgânica e subjetiva quanto à competência privativa do Governador do Estado para dispor sobre a organização e funcionamento da administração do Estado.

Dessa forma, visto o relato, de acordo com análise e arguições que me competem, na forma regimental que especifica, estando em condições de ser aprovado o referido veto no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

### 3. VOTO

Com base na análise dos dispositivos constantes do Veto Parcial do projeto, considerando as justificativas apresentadas pelo nobre autor, e, após análise do referido Veto Parcial, o mesmo se encontra dentro da legalidade e constitucionalidade, por ferir o princípio da separação dos poderes.

Após apreciação, em face do exposto, salvo melhor juízo, o parecer é FAVORÁVEL pela MANUTENÇÃO do VETO PARCIAL nº 21/2023 do Projeto de Lei nº 235/2023.

**VOTO: PARECER FAVORÁVEL pela MANUTENÇÃO DO VETO.**

É como voto.

Plenário das Comissões, 05 de dezembro de 2023.

**DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL  
RELATOR**





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

SECRETARIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DAS COMISSÕES  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PARECER Nº 230/23

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação em reunião plenária realizada hoje, aprovou por unanimidade o parecer do relator Deputado Luizinho Goebel, pela manutenção, do Veto Parcial nº 21/2023 de autoria do Poder Executivo/ Mensagem 198. Que veta parcialmente o projeto de Lei 235/2023 de autoria do Deputado Delegado Camargo que “Proíbe a telemedicina para questões envolvendo o aborto (teleaborto), no Estado de Rondônia, e dá outras providências”.

Estiveram presente e votaram os Senhores Deputados: Deputado Ismael Crispin, Deputado Delegado Camargo, Deputado Luizinho Goebel e o Deputado Jean Mendonça.

Plenário das Deliberações, 05 de dezembro de 2023.

Deputado Ismael Crispin  
Presidente/CCJR

Deputado Luizinho Goebel  
Relator